

Ficção e Realidade

Em meio a informações preocupantes sobre a deterioração da política fiscal, que compatibiliza a receita e a despesa do governo, a área econômica cogita da introdução da BTN fiscal. Ou seja, a volta, com outro nome, da OTN diária que servia para indexar os tributos e dívidas para com o Tesouro Nacional antes do Plano Verão extinguir temporariamente a correção monetária.

A inflação foi desacelerada, mas não acabou com o Plano Verão. Ao contrário, está mais viva do que nunca, depois que o governo foi ampliando rapidamente a lista dos produtos liberados do congelamento de preços. O congelamento demorou além da conta, como ficou patente pela explosão do ágio e o desaparecimento de mercadorias nas prateleiras do comércio.

Há economistas que consideram sábia a atitude recente do governo. A liberação de preços, ainda a tempo de influir no índice de inflação de junho (apurado entre 16 de maio e 15 de junho), seria uma forma de lavar as mãos transferindo ao mercado a responsabilidade pelo salto previsto na inflação. As próprias autoridades econômicas teriam se convencido da inutilidade de acionar o arsenal de medidas ortodoxas para conter o consumo. Neste caso, nada melhor do que regular a oferta e a procura pelo encolhimento da demanda a partir da alta de preços...

São apenas suposições com algum fundamento lógico de economia, esta ciência tão inexata na prática. Mas a verdade é que esses raciocínios e os estudos para a volta de um indexador diário para reforçar a arrecadação fiscal servem somente de escapismo. O problema é que o dever de casa, em matéria de política fiscal, não foi feito. O corte

efetivo nos gastos do setor público não veio na intensidade necessária para debelar as causas primárias do processo inflacionário.

Os números da execução orçamentária de maio não foram nada confortáveis, aumentando a preocupação com o sinal vermelho emitido pelas contas do Tesouro Nacional em abril. Gastos excessivos na Previdência Social e na folha salarial prevêem para este mês déficit ainda maior. Só a folha salarial do setor público deve crescer 95 por cento. Em consequência da insuficiente arrecadação fiscal, será desobedecida a Constituição que limita em 65 por cento da receita líquida os gastos com pessoal. O percentual deverá atingir 74 por cento da receita.

O resultado é que a psicologia do brasileiro continua se comportando como se a inflação ainda estivesse na faixa dos trinta por cento ao mês, como caminhava em janeiro antes do Plano Verão. Isto está claro na pressão dos consumidores para comprar bens antes dos novos aumentos. E na elevação despropositada, tanto pela indústria como pelo comércio, dos preços dos artigos liberados.

O mercado inclina-se, erradamente, a incorporar o preço do ágio ao regime de liberdade de preços. Ora, o ágio representa preços distorcidos exatamente porque o mercado está anormal. Mas o que está latente é o sentimento de que os preços podem subir mais amanhã. É indispensável o governo agir rapidamente para quebrar essa expectativa. O Brasil não tem uma situação econômica simétrica à da Argentina. Mas foi esse clima que conduziu à hiperinflação vizinha.